

Acordo para o desenvolvimento

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 22.05.2011

***Uma nação só é forte quando
obtém acordo entre empresários,
servidores e trabalhadores***

Há sinais de que está se formando no Brasil uma coalizão política desenvolvimentista constituída por empresários industriais, trabalhadores e profissionais do setor público. Um acordo político dessa natureza é fundamental para o desenvolvimento econômico, porque este implica sempre a transferência de mão de obra para setores com valor adicionado per capita cada vez maior.

O tema central de meus estudos foi sempre o desenvolvimento ou o progresso; foi a busca pelas sociedades modernas dos grandes objetivos políticos que elas definiram historicamente para si próprias: segurança, bem-estar econômico, liberdade, igualdade e proteção do ambiente.

Esses objetivos nem sempre são coerentes uns com os outros, mas existe uma sinergia básica entre eles que faz com que os países mais desenvolvidos economicamente - aqueles que garantem a seu povo maior bem-estar econômico- tendam a ser também os que mais se aproximam dos outros quatro objetivos. Há exceções, mas países do norte da Europa são a melhor comprovação desse fato.

O desenvolvimento econômico não é, portanto, o único objetivo político das sociedades modernas, mas é seu objetivo mais estratégico.

Nesses estudos aprendi também que o fator político fundamental por trás de todos os países que se desenvolvem vigorosamente e realizam o "catching up", ou alcanceamento, é uma nação forte ou coesa, que se mostre capaz de constituir um Estado capaz e um mercado eficiente: um Estado que lhe sirva de instrumento principal na busca de seus cinco objetivos políticos e um mercado livre e bem regulado, que premie as inovações dos empresários e os esforços dos trabalhadores e dos profissionais.

Ora, uma nação só é forte quando é capaz de tecer um grande acordo social entre empresários industriais, profissionais públicos e os trabalhadores.

Um acordo que defina de maneira informal uma estratégia nacional de desenvolvimento. E que crie oportunidades de investimento lucrativo para os empresários, ao mesmo tempo em que promove no médio prazo o aumento dos salários. Porque é o aumento do investimento, e, em consequência, da poupança que promove o crescimento.

Para que esse pacto político faça sentido, há um pressuposto e duas condições. O pressuposto é o de que o investimento será tanto maior quanto maiores forem as oportunidades de investimento lucrativas, que, por sua vez, serão tanto maiores quanto mais o país conseguir neutralizar a tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio e exportar bens manufaturados.

A primeira condição é "externa": que essa coalizão política derrote politicamente a coalizão alternativa formada principalmente por rentistas e pelos interesses estrangeiros, para que parte de suas rendas possam ser transferidas para os lucros das empresas produtivas. A segunda é "interna": que os trabalhadores aceitem uma redução provisória de seus salários, porque a necessária desvalorização inicial do câmbio tem essa consequência.

A notícia de que a Fiesp, duas centrais sindicais e os dois grandes sindicatos estão em fase adiantada de negociação de um grande acordo pró-indústria ("Valor Econômico", 20.mai.2011) é uma indicação de que, afinal, uma grande coalizão desenvolvimentista está se constituindo no Brasil. Resta saber se esta coalizão terá apoio político na sociedade, serão criadas mais oportunidades de investimento e o país voltará a crescer aceleradamente como o fez entre 1930 e 1980, ou se nós continuaremos reféns do rentismo e dos conselhos vindos do Norte.